

APROXIMAÇÕES TEÓRICAS - AS LEIS DE MOVIMENTO DO CAPITAL – Uma
interlocução entre Mandel, Harvey e Shaikh.

Carla Caroline Barisão de Souza¹

RESUMO: RESUMO: Evidenciando a legitimidade do método da teoria social crítica de tradição materialista - ontológica – dialética, este artigo a partir dos estudos de Ernest Mandel trata das leis de movimento e a história do capital; dar a conhecer o seu pensamento para o debate e compreensão dos processos sociais econômicos políticos contemporâneos; assim como destaca a importância para a produção de conhecimento no campo das ciências sociais aplicadas em particular no Serviço Social.

PALAVRAS CHAVES: Método, História, Ontologia.

ABSTRACT: Demonstrating the legitimacy of the method of critical social theory of materialist tradition - ontological - dialectics, this article from Ernest Mandel studies deals with the laws of motion and the history of the capital; make known his thoughts to the debate and understanding of contemporary political economic social processes; as well as highlights the importance for the production of knowledge in the field of applied social sciences particularly in social work.

KEYWORDS: Method, History, Ontology.

¹ - Doutoranda em Economia no Programa de Pós-Graduação de Economia da Universidade Federal do Pará. Mestre em Serviço Social, realizado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Também é Graduada em Serviço Social pela mesma instituição. Como acadêmica, desenvolve seus estudos sobre as Categorias; Dialética e Trabalho, Mundo do Trabalho Contemporâneo, Saúde do Trabalhador, Trabalho e Setor Elétrico, Trabalho e Cadeia do Alumínio - Barcarena-Pará, Reestruturação Produtiva e Terceirização. Atualmente é vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas “Trabalho Estado e Sociedade na Amazônia” (PPGSS-UFPA), e ao “Observatório Paraense do Mercado de Trabalho” (OPAMET- PPGE-UFPA) e Ministério do Trabalho e Previdência Social, fazendo parte de uma Rede Nacional: “Observatório Nacional do Mercado de Trabalho”, desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão.

INTRODUÇÃO

Há que assinalar que Mandel é um pensador crítico indispensável da economia política² contemporânea. A propósito identifica-se o pensamento do autor bem como explicita Ianni (1986):

[...] O pensamento crítico é inegavelmente incômodo. Ele é questionado, ele é discutido porque ele põe em questão o *status quo*, mesmo quando ele se desenvolve apenas em termos de uma reflexão científica mesmo quando não é levado a prática: o que me custa conhecer a textura interna do real. Que é a maneira pela qual o real se constitui. O pensamento de Marx é crítico em dois níveis, ele implica sempre na crítica das explicações prevalecentes sobre o mesmo fato, e é uma reflexão crítica sobre o objeto, estou relembrando, Introdução à crítica da Filosofia do Direito a Hegel, aqui faz uma dupla crítica, a crítica do direito enquanto um fato da vida, político – social e esta fazendo críticas das teses de Hegel sobre o direito. Os seus trabalhos são uma reflexão crítica sobre o objeto e sobre as interpretações prevalecentes sobre o objeto. Porque, os objetos são inocentes. Os objetos não estão soltos no espaço como eles tivessem saído do nada. Na verdade eles já estão carregados de significado, então a crítica precisa passar pela ideologia, que por assim dizer recobre o objeto [...] (p. 9).

Assim, destaca-se, com efeito, que no entendimento de Mandel, o investigador social, deve precisa ter a clara a teoria social que o informa para a apreensão da empiria, porque ela vai determinar o tipo, os limites e os resultados da análise do real que realiza em suas compreensões [...] Somente através do “critério da prática” é que a teoria pode afirmar ou não o seu poder heurístico [...] (PONTES, 2010, p. 37). Logo, a teoria social compreendida de forma clara determina a construção de um pensamento propositivo, como possibilidade, [...] como fundamento a análise teórica da produção das condições³ materiais da vida social [...] (NETTO, 2009, p. 682), do ser social enquanto, um complexo de complexos. Em sua determinação de totalidade que não é um conjunto de fatos individuais isolados, e sim um complexo (AUGUSTO, 1999, p. 134).

A propósito do conceito de totalidade no pensamento marxista, por Mandel é argumentando com base a partir da apreensão racional da realidade e da exteriorização de uma nova qualidade analítico-crítica a respeito da dinâmica assimétricas ou o seu inverso da

²Ainda que longe de ser conclusivos sobre esse tema, cumpre salientar, que o nosso percurso neste texto é argumentado pela concepção de economia política enunciada Engels, desenvolvida por Lênin. Engels afirma que a economia política em seu sentido mais amplo [...] é a ciência das leis que regem a produção e a troca dos meios materiais de subsistência na sociedade humana [...] (ENGELS, 1972, p. 158). Ao explorar os delineamentos teóricos de Engels, deixados sobre o tema, Lênin, de forma imprescindível entende que o mesmo requer um esclarecimento adicional e elucida que: [...] o objetivo da economia política não é simplesmente a produção, mas as relações sociais que existem entre os homens na produção, a estrutura social da produção [...] (LENIN, 1982, p. 29).

³Cabe aqui a afirmativa de Lukács de que: “As condições fundamentais de todo o movimento econômico e social são sempre e apenas as posições teleológicas dos homens [...] trata-se sempre de uma posição teleológica ideal, pensada, que só se torna uma posição real quando se experimenta transforma-la em realidade material no âmbito da práxis (LUKÁSC, in KLOFER et ali, 1969, p. 81).

realidade, já que: “[...] a criação da totalidade como estrutura significativa é, portanto, ao mesmo tempo, um processo no qual se cria realmente o conteúdo objetivo e o significado de todos os seus fatores e partes [...]” (KOSIK, 1989, p. 50). À vista disso, a realidade é, por consequência, uma explanação da materialidade da vida social, e simultaneamente, um ato que é fruto da criação da criatividade humana. Emanada de um conjunto de condicionantes sociais, assim como dos significados dados aos comportamentos, valores, racionalidade e determinadamente das relações de produção. Pensar nessa direção implica considerar que o “todo” da realidade não se expressa no imediato, nem corresponde a um conjunto de situações.

A esse apontamento, infere-se que a posição teórica de Mandel é congruente a de Lowy (2000), isto é, tem o caráter de elevar-se na busca de uma paisagem da verdade - razão e na liberdade relativa da ciência, e perfeitamente possibilita o desenvolvimento objetivo, de transpassar a “zona de consenso”, na qual se localizam heterogêneas visões de mundo, frequentemente restritas ao nível mais imediato e mais rasteiro do conhecimento, que o “mirante” no prisma mais crítico lhe propicia. Ressalta-se que a lógica da razão, bem expressada nos estudos de Pontes, ao declarar que [...] através da Razão, na sua expressão mais radical, a plena potencialidade humana da liberdade de conhecimento da realidade [...] (PONTES, 2010, p. 42), se desdobra no fluxo da práxis social mais desenvolvida, descrita por Mandel.

E neste núcleo mais fundamental do complexo da práxis que, Mandel constata que a, prospectiva, o olhar da sociedade, redundam da posição social. Este pensador belga expõe um questionamento que é peculiarmente marxista: qual o ponto que compõem a maior probabilidade de alcançar ao máximo da verdade, ou seja [...] a descoberta da essência de relações obscurecidas por suas aparências superficiais, mas também a explicação dessas aparências - em outras palavras, a descoberta dos elos intermediários, ou mediações, que permitem que a essência e a aparência se reintegrem novamente em unidade, [...] (MANDEL, 1982, p. 8), no cerne anárquico da produção, [...] da discrepância entre o desenvolvimento das forças de produção e o consumo de massa, defasagem que é parte integrante da própria natureza do capitalismo [...] (IDEM, IBIDEM, p. 18).

Permeado também caracteristicamente pelo pensamento lukacsiano, o autor sublinha como resposta, que a consciência burguesa tem um objetivo fulcral a alapar de si própria, as limitações de sua específica racionalidade, ou seja, a burguesia não dispensa camuflar do proletariado a condição real, assim como de si mesma, haja vista que esta requer de utopias para crer em seu papel histórico.

Igualmente, sanciona sobre o marxismo, o mesmo entendimento de Mannheim, que nos diz que [...] o marxismo, ao contrário, representa um observatório mais elevado do que a burguesia. Por isso o marxismo possui uma ampliação de campo de visibilidade do conhecimento social [...] (MANNHEIN, 1976, *apud*, LOWY, 2010, p. 90), ao passo que foi desmistificando as *différentes idéologies et visions du monde*, externando as suas conexões com os status sociais, de fato, com a [...] posição de classe que estava atrás da máscara doutrinária, da verdade objetiva, neutra, imparcial, científica [...] (IDEM, IBIDEM, *apud*, IDEM, IBIDEM, p. 91), como consciência de causa, que não mas é doutrinária mas como uma ciência revolucionária. Nesse sentido, o ponto de vista da teoria mandeliana, demonstra de forma clara que é vinculado à defesa de uma classe social determinada, posicionamento que é congruente ao que Marx, explicita no prefácio de O Capital, de 1873, quando escreve: [...] na medida em que minha crítica da economia política representa uma classe, não pode ser se não a classe cuja missão histórica é a destruição do modo de produção capitalista e a abolição final das classes, isto é, o proletariado [...].

Dado isso, Mandel dar relevo ao fato de que é na práxis que o homem deve relevar a verdade, ou seja, a realidade, o traço particular do plano da consciência imediata e raciocinam-te do pensamento. Sob esse entendimento, Ranieri (2011), ilustra afirmando que: [...] a realidade se põe como resultado necessário de um processo, o conteúdo de seu desenvolvimento só pode ser reconhecido também enquanto processo, ou seja, gênese [...] (p. 15). Nesse sentido ainda ressalta o autor, [...] mas não apenas isso: o empreendimento teórico não pode ajustar-se adequadamente ao real se, nessa adequação, não for respeitado o fato de a realidade compõem-se de empiria e reflexão, [...] (p. 15).

Dessa forma, os aportes mandelianos, fundamentados na teoria marxista, nos permitem observar que o conhecimento se realiza como desmembramento - que não é compreendido como sendo uma parte menos real, mas elemento prático que secciona a unidade da realidade, com efeito dialético - entre o fenômeno e a essencial do real – entre o substancial e o secundário, posto que somente por meio dessa disjunção é possível desvelar a ligação lógica – interior, e a partir disso captura o seu modo específico de ser existente. Nesse contexto, o elemento prático de abstração da unidade da realidade, pensando por Mandel, em Marx, se encontra estabelecido, na sua oitava tese em refutação a Feuerbach, a propósito [...] toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que conduzem ao misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa práxis [...] (MARX; ENGELS, 2007). Logo se entende que o conhecimento é a decomposição do todo – da realidade “indeterminada”, que conforme

Marx [...] da práxis fetichizada, no tráfico e na manipulação, não é mundo real, embora tenha consciência e a validade do mundo real: é o mundo da aparência, sendo condição histórica petrificada [...].

DESENVOLVIMENTO

Sob este entendimento, Mandel, apreende que [...] o materialismo dialético não trata a matéria de maneira imutável, mas sim, a raciocina como um infinito em construção, em um terno devir [...] (MARX; ENGELS, 1977). Cada formação material específica não é um poder unificado, altera-se constantemente em todas as épocas históricas, “[...] para dar lugares à multiplicidade de modos de produção fundados uns aos outros numa série contínua, mas de forma a cada um adquirir uma configuração própria e um estatuto ontológico diferente [...]” (GIANNOTTI, 1985, p. 183). O seu existir “[...] percorre uma sequência particular de fases de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir [...]” (MARX *apud* NETTO, 2012, p.145), a partir de um começo e um fim. Primeiro aparece, ocupa um espaço determinado a partir de uma ideologia também determinada, posteriormente, desaparece, metamorfoseia-se em uma nova formação material.

Assim o capitalismo, por exemplo, não pode ser entendido como algo natural como dissemina os seus ideólogos liberais ou neoliberais. Mas, como um movimento complexo, heterogêneo que cria hegemonias, contrários, negação da negação ao se desenvolver na sociedade. Desta maneira, pensar a realidade em base teórica fundamentada pelo processo lógico dialético possibilita uma larga compreensão das formações materiais, sejam estas passadas como as contemporâneas.

Antes de entramos na exploração da centralidade das interlocuções marxistas entre Mandel, Harvey e Shaikh, dos “porquês” [...] da longa onda de crescimento rápido na economia capitalista internacional nos pós-guerra [...] (SINGER, 1982, p. 3) e conjuntamente pesquisar os limites dessa época que [...] que asseguraram a sua substituição por outra longa onda de crise econômica e social crescente para o capitalismo mundial, caracterizada por um taxa bastante baixa de crescimento global (*idem, ibidem*, p. 3), a partir do declínio do sistema monetário internacional de 1967 e da incursão popular em maio de 1968 que suplantou as barreiras étnicas, culturais, de idade e de classe, em que aproximadamente dois terços da força de trabalho parisiense flanaram os braços, são indispensáveis algumas observações sobre a questão das condições materiais de existência e reprodução da sociedade, isto é, da satisfação das material das necessidades dos homens que formam a

sociedade, advinda da interação com a natureza [...] a sociedade, através de seus membros, transforma as matérias naturais em produtos que atendem as suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos trabalho [...] (NETTO E BRAZ, 2007, p. 30).

Na tradição marxista, tal mediação é o trabalho, o que de certo tem como base a relação de classes antagônicas materializadas nas relações de produção e reprodução e no processo de apropriação da riqueza, isto é, as contrações sociais decorrentes de sua relação com o capital. Engels (1977), em estudo sobre a constituição da humanidade socializada – em que o homem modifica a natureza e a obriga a servi-lhe, domina-a – historicamente construída no decorrer do tempo e por isso nesse mesmo tempo interina, refere-se que é no bojo da divisão do trabalho que essa se dá, na qual o trabalho coletivo é distribuído quantitativamente qualitativamente de modo desigual, assim como o produto deste. Portanto, o engenho da trajetória da humanidade sociabilizada, peculiar à ordem capitalista origina um tipo especial de nexos social, entre individualidade social e trabalho [...] a produção de cada indivíduo depende da produção de todos, mas [também] a transformação de seu produto em meios de vida passa a depender de todos [...] (MARX, 1980, p.85), e continua argumentando, Marx:

[...] O caçador e o pescador individuais isolados, a partir dos quais partem Smith e Ricardo, pertencem a concepções sem imaginação dos robinsonianos do século XVIII, as quais de forma alguma expressam apenas uma reação contra a sofisticação exacerbada e um retorno a uma vida natural mal compreendida, como os historiadores culturais imaginam. Também se baseia o tal naturalismo o contrato social de Rousseau, que coloca sujeito autônomos, naturalmente independentes, em relação e conexão mediante contrato. Esta é a semelhança, aquela meramente estética, dos robinsonianos, grandes e pequenos. É, antes, a antecipação da sociedade civil, em preparação desde o século XVI e andando a passos largos em direção à maturidade no século XVIII. Nessa sociedade de composição aberta, o indivíduo aparece separado dos laços naturais etc., os quais em períodos históricos anteriores o converteram em acessório de um conglomerado humano definido e limitado. Smith e Ricardo ainda se apoiam com os dois pés sobre os ombros dos profetas do século XVIII, em cujas imaginações esse indivíduo do século XVIII – o produto da dissolução das formas feudais da sociedade e das novas forças de produção desenvolvidas desde o século XVI – aparece como ideal, cuja existência eles projetam sobre o passado. Não como um resultado histórico, mas sim como o ponto de partida da história. Como indivíduo natural apropriado de sua noção de natureza humana, não surgindo historicamente, mas depositado pela natureza. Essa ilusão tem sido comum a cada nova época até os dias atuais [...] Somente no século XVIII, na sociedade civil, as várias formas de interconexão social, entendendo que o ser humano no sentido mais literal é um *zoopolitikon*, não um mero animal gregário, mas um animal que pode se individualizar apenas em meio à sociedade [...] (1973, p. 83 e 84).

Desta forma não é demais, evidenciar que conforme Mandel, as diversas formas de interconexão social são estabelecidas pelo trabalho no modo de produção capitalista, confrontam o indivíduo, para além de mero meio para seus fins privados, a partir de um ponto de vista mais geral das relações sociais, com base na relação capital X valor-trabalho.

A propósito, esses autores, explicitam que compreender a individualidade e a sociabilidade humana na sociedade mercantil, é apreender a dimensão genérica do ser social que é dada pelo trabalho como atividade coletiva (ato, que se incorpora a vida, aos modos pensar, de ver e criar a realidade) é, sobretudo histórico-social, que se figura em particular no fato de que o homem somente pode efetuar-lo por meio da relação com iguais homens. Sem demora é perceptível observar que o modo de reprodução, que se afiança na sociedade mediocrata – mediocraciade e de acordo com Iamamoto (2011), explicitamente manifesta um formato histórico próprio tanto de desenvolvimento humano coletivo, quanto de alienação dos sujeitos sociais, isto é, uma forma intrínseca de produção da vida humana, de sociabilidade, manipulada e falsificada na temporalidade do capital.

Registra-se nessa direção, que a temporalidade do capital é um processo acentuado no modo burguês que mistifica a veraz essência da reprodução social que leva o capital a ser o produtor da riqueza e mediador/ controlador do sociometabolismo. Como bem se deduz, interessa sublinhar que a partir disso, há um círculo vicioso que se estabelece na auto - justificação do capital como o uno elemento produtivo, por meio da substância do trabalho acumulado que lhe dá origem e é a sua força histórica. E em sua, materialidade – o trabalho, decursivo dessa historicidade coletiva, **compreende um valor**, que conjectura formas, desdobradas em capital e dinheiro, trazendo à tona formas de produção e reprodução entre o ser social, sem antepositivos. Essa Materialidade é mediatizada quando estas formas assumem um determinado tipo de valor – valor de troca que tem autonomia diante do indivíduo singular e coletivo, encobrendo as suas reais relações sociais, tributando a estas uma caráter fetichizado em meras coisas sociais, entretecendo um alargo processo de reificação.

A relação com o método do materialismo dialético – histórico direciona Mandel no percurso de suas reflexões a cerca do capitalismo contemporâneo, este que é regulado pela apreensão da lei do valor, que como todas as leis econômicas – sociais, não é a-histórica, tendo no locus de validade socialmente determinado no seio da produção mercantil - a regulação da produção e da partilha do trabalho – que se estabelece contra senso dos homens, como objeto fora do seu comando, e no locus da produção capitalista – o mecanismo de crise. Como diz Harvey: [...] essas crises são tipicamente registradas como excedentes do capital (em termos de mercadoria, moeda e capacidade produtiva) e excedente de força de trabalho lado a lado, sem que haja aparentemente uma maneira de

conjuga-os lucrativamente a fim de realizar tarefas socialmente úteis [...] (HARVEY, 2004, p. 78).

A propósito Harvey (1990), recupera três condições que deram forma ao capitalismo, as quais, em seu ponto de vista, são incongruentes para manter o seu progresso em constante equilíbrio e, por fim, ocasionando as crises desse modo de produção. A primeira é a sua perspectiva para o crescimento, como forma para assegurar lucros e fortalecer a acumulação do capital. A segunda é a multiplicação dos valores reais, alicerçado na exploração do trabalho vivo da produção, a partir da diferença entre o que o trabalho gera e aquilo de que ele se usurpa. A terceira é o seu dinamismo organizacional e tecnológico para o controle do mercado e o comando do trabalho.

Assim trata-se desta como à base do capital por superlucros, que assentado na taxa diferencial de produtividade do trabalho, requer o valor como ponto preponderante e a subsunção do trabalho como ponto constitutivo, de produzir riqueza em geral, entre [...] relações dominantes de um todo menos desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo mais desenvolvido [...] (NETTO, 2012, p. 256), que hierarquicamente na economia – mundo, dentro da perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado, produz relações dissimétricas de subordinação e imperialismo. Nesse decurso de desenvolvimento e distribuição desigual entre trabalhadores e proprietários, considera-se que para além do trabalho na qualidade de medida de valor, três são ainda os elementos de exploração utilizados pelo capital, que aprofundam essa troca desproporcional: o aumento da jornada de trabalho, o aumento da intensidade do trabalho e o pagamento do salário abaixo do valor da força de trabalho. Nas palavras de Marini (1973),

[...] nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos [aumento da jornada de trabalho e aumento da intensidade de trabalho], porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último [salário abaixo do valor da força de trabalho], porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal [...] (p. 156).

Nessa direção, Mandel, assinala que a lei do valor implica no estabelecimento de hierarquias estruturais de dominação e subordinação como arranjo necessário da reprodução sociometabólica. Assim, podemos inferir que as formas que o valor admite - como mediações de segunda ordem, do ponto de vista do mesmo autor, podem ser resumidas em destaque como, explica Mészáros (2009):

[...] Os meios de produção alienados e suas personificações por meio das quais o capital adquire vontade férrea e consciência rígida, estritamente de mandado a impor sobre todos a conformidade com relação às exigências objetivas desumanizantes da ordem sociometabólica dada; O dinheiro assumindo uma multiplicidade de formas misticantes e progressivamente mais dominantes no curso do desenvolvimento histórico, chegando ao domínio total do sistema monetário internacional dos dias de hoje; Trabalho estruturalmente divorciado da possibilidade de controle, seja nas sociedades capitalistas, nas quais deve funcionar como trabalho assalariado coagido e explorado pela compulsão econômica, seja sob o controle pós-capitalista do capital sobre a força de trabalho politicamente dominada; Variedades de formação de Estado do Capital em seus terrenos globais, nos quais podem confrontar-se uns contra os outros (por vezes com os mais violentos meios, deixando a humanidade à beira da autodestruição), como Estados nacionais orientados a si mesmo; E o descontrolado mercado mundial em cuja estrutura os participantes, protegidos por seus respectivos Estados Nacionais por meio de relações de poder dominantes, devem se acomodar às precárias condições de coexistência econômica enquanto se empenham em obter a mais alta vantagem praticável para si ao ludibriar suas contrapartes concorrentes, aqui lançando inevitavelmente as sementes de mais conflitos destrutivos [...] (IDEM, IBIDEM, p. 193).

Assim ao cabo dessas determinações, ressalta-se a essência processual do capital – valor que tem de se valorizar, “[...] valor em valor de uso e valor de troca, do trabalho em trabalho concreto e trabalho abstrato, do capital em capital fixo circulante [...]” (BENSAID, 2010, p. 22) e se é “[...] valor que se valoriza, a utilidade que este determina deve se relacionar com esta sua capacidade de reproduzir, assim a única utilidade que um objeto pode ter para o capital, é conservar ou aumentar este [...]” (MARX, 1974, p. 181 e 183), e tendo de aumentar seu volume, logo, capital “[...] grande vampiro moderno [...]” (BENSAID, 2010, p. 17), é movimento, açulado pelas suas contradições.

O conteúdo deste movimento é dado pela autovalorização do valor uma substância; em processo contínuo, que se move por si próprio é capital como relação – como sujeito usurpador, que não conhece limites, como bem expressa Marx em os Grundrisse, “[...] seu automovimento de produção de si, não perde sua substância – trabalho objetivado – antes se transforma sempre em outras substâncias, se realiza em uma totalidade das mesmas [...]” (MARX, 1974, p. 172).

Além disso, este autor reconhece de forma precisa que a lei do valor é também o acréscimo constante da composição orgânica do capital, assim sendo, a revolução tecnológica se coloca com uma tática de exploração de superlucros, no propósito de recompor a taxa de lucros e suplantar a crise no capitalismo maduro. Para Mandel, a tendência da lei do valor, intensifica o conjunto das contradições capitalistas, que segundo Harvey (1990), na atualidade se apresentam entre a socialização ascendente do trabalho associada ao desemprego e a acumulação privada; entre a produção de valores de uso que [...] explica o valor da mercadoria é sua utilidade como coisa que satisfaz as necessidades humanas, sejam elas do estômago ou da fantasia [...] (MARX, 1988, p. 45) e valores de troca que projeta [...] a universalidade da alienação do indivíduo frente a si mesmo e frente aos demais, quanto à universalidade e a multilateralidade de suas relações e habilidades

[...]” (MARX, 1980, *apud* IAMAMOTO, 2011, p. 55), entre o processo de trabalho e o de valorização.

É deste plano que, fica evidente a tendência da maturidade do mundo do capital, a partir de um adensamento do desenvolvimento das forças produtivas, na contracorrente acentuada com as relações de produção.

Dai, corroborando com o aporte mandeliano, Shaikh (2006), argumenta que é nesse âmago contraditório que se firmam os limites do capital, a partir dos anos 1970, que são definidos no tempo da onda larga de crescimento e no período de recessão e estagnação.

Shaikh (*idem*), em suas formulações teóricas, a respeito das contradições basilares do senil capital, procedente do estágio da expansão, e que bem como, se apresentam no cerne do ciclo depressivo, destaca que essas se acirram em diversos pontos, mais enfatiza, quatro, que também são apontadas por Mandel; a) nos anos de ouro do capitalismo, há uma inflação constante que incitada pelo aumento do crédito e de ajustes anticíclicos, com o objetivo de velar a diminuição do valor das mercadorias, figurar alta quota de mais valia, amenizando por um tempo os entraves da realização real o crédito, favorecendo a acumulação de capital; b) a captura de superlucros através da disputa tecnológica incessante configura uma contração do tempo de rotação do capital fixo, levando a contração do tempo de rotação do capital circulante, desencadeando uma intensificação no processo de trabalho, ocasionando assim um arrocho no tempo de reprodução da força de trabalho, e automaticamente dos níveis de consumo; c) Como modelo de desmedido capital, a empresa transnacional se torna influente, favorecendo a objetividade de posse do capital, determinada especialização dos produtos, dentro de padrão de interligação vertical, de autofinanciamento e de supercapitalização, que tende a exportar capitais ao invés de mercadorias; d) se desencadeia o processo de industrialização generalizada, que se insere de todos os níveis da vida societária, sendo o cume da supercapitalização, posto que determinados investimentos não projetam mais valia de modo direto. Tendências contraditórias estas que se afirmaram exponencialmente nos últimos anos, conforme Harvey (1990).

Por conseguinte é nesse prisma, que as teses de Mandel têm afinidade com o trabalho de Harvey (1990) quando este tematiza que estas tendências levam a estágio da acumulação flexível. Segundo Harvey (1992), a acumulação flexível é uma forma de controle do capitalismo sustentada em três elementos característicos principais: o primeiro é dirigido para o crescimento; o segundo preconiza que este crescimento em valores reais se fixe na expropriação do trabalho vivo no conjunto da produção; o terceiro: o capitalismo possui uma profunda dinâmica tecnológica e organizacional. E pode assim ser explicada:

[...] É marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento dos setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica, organizacional. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego estrutural (...), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais (...) e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista [...] (HARVEY, 1992, p. 140-141).

CONCLUSÃO

Deduz-se, então, que o mundo do trabalho passa por novas [...] relações, processos e estruturas de alcance global [...] (IANNI, 1996, p. 157), determinando novas condições para o movimento proletário, famílias, etnias e raças, classes, grupos e nações, árduas e [...] subsumidas ao movimento do capital em todo mundo [...] (FREIRE, 2010, p. 39), que articula segundo Harvey (1994) [...] o desenvolvimento histórico – geográfico do capitalismo e transformação ideológica [...] (p. 9).

Pelo exposto, cabe destacar que esses são os elementos que se fazem presente na análise da dinâmica do modo de produção capitalista maduro - contemporâneo, especificamente a parti do pós- guerra 1945, que desenvolve uma serie de artifícios anticíclicos em favorecimento do sociometabolismo do capital. Por fim, infere - se que tanto a reflexão central de Mandel (1982), quanto de Harvey (1990) e Shaikh (2006) explicitam que o capitalismo, ainda não retomou para si condições reais de encadear uma retomada, larga e ascendente das taxas de lucro, tomando em conta as acentuadas contradições na atual etapa madura, evidenciadas no aumento do desemprego e dos déficits de fluxo da produção, no onerar da liquidez do capital e nos limites da atuação do Estado para desenvolver atitudes anticíclicas sem colidir nas taxas de lucro do monopólio do capital, no inflamar dos contrários e da luta de classes, advinda deste, assim como da barbarização da vida social.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, André. **Ontologia e crítica: o método em Marx**. Econômica: Niterói, 1999.
- BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo: Grandezas e misérias de uma aventura crítica** (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GARAUDY, Roger. **Para conhecer o pensamento de Hegel**. Tradução Suely Bastos. Porto Alegre: L&PM, 1983.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2004.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de l'architecture quotidienne**. Paris. L'Arche. 1968-1981.

LENIN, Vladimir. **Materialismo ed Empiriocriticismo**: note critiche su una filosofia reazionaria. Milano: Lotta Comunista, 2004.

LESSA, Sérgio. **A centralidade ontológica do trabalho em Lukács**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XVII, n. 52, dez./1996. p. 07-23. _____. Para compreender a Ontologia de Lukács. Ijuí: Editora Ijuí, 2012.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen**: Marxismo e Positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo. Cortez. 2000 /São Paulo. Busca Vida. 1987.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural. 1982

_____. **Tratado de economia marxista**. México: Ediciones Era, 1977.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. In: Serviço Social: Direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. São Paulo. Cortez. 2010

RANIERI, Jesus. **Trabalho e dialética**: Hegel, Marx e a teoria social do devir. São Paulo: Boitempo, 2011.

SHAIKH, Anwar. **Ensayos de economia política**. Buenos Aires: RyR, 2006.